

As associações estudantis no ensino secundário e a formação da elite sergipana oitocentista

*Simone Paixão Rodrigues*¹

Student associations in secondary education and the formation of the Sergipe elite in the 19th century

Las asociaciones estudiantiles en la enseñanza secundaria y la formación de la élite ochocentista de Sergipe

Resumo

A proposta central do presente texto é analisar a Sociedade O Porvir e a Sociedade Grêmio Tobias Barreto, associações criadas pelos alunos do ensino secundário do estado de Sergipe, nas décadas finais do século XIX. Para a produção desta investigação histórica, são usados como fontes documentais os jornais estudantis e a produção historiográfica sobre o ensino secundário e o associativismo estudantil. Ao historiar sobre as agremiações estudantis, no cenário da educação secundária sergipana, nos anos de 1800, tornou-se imprescindível o uso do conceito cultura escolar como categoria de análise para situar a cultura e o protagonismo juvenis como parte da engrenagem do processo de formação da juventude elitizada.

Palavras-chave: *Associativismo estudantil; Ensino secundário; Protagonismo juvenil.*

Abstract

This text aims to analyze two associations founded by secondary school students in Brazil's state of Sergipe in the final decades of the 19th century:

¹ Doutora em Educação e licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é professora da Educação Básica e do Ensino Superior de Sergipe e membro do grupo de pesquisa Disciplinas Escolares: história, ensino e aprendizagem (GPDEHEA/UFSE). E-mail: simonepaixao10@gmail.com

“Sociedade O Porvir” and “Sociedade Tobias Barreto”. Student newspapers along with documents related to secondary education and student associations were used as sources to make this historical investigation. To understand these associations in the 1800’s, in the context of secondary education in Sergipe, it was essential to use the concept of school culture as an analysis category, to place the youth culture and youth protagonism as part of the gear of the elite youth formation process.

Keywords: *Student associations; Secondary school; Youth protagonism.*

Resumen

La propuesta central de este texto es analizar la “Sociedade O Povir” y la “Sociedade Grêmio Tobias Barreto”, asociaciones creadas por los alumnos de la enseñanza secundaria en el estado de Sergipe en las últimas décadas del siglo XIX. Para la producción de esta investigación histórica, fueron utilizados como fuentes documentales los periódicos estudiantiles y la producción historiográfica acerca de la enseñanza secundaria y el asociacionismo estudiantil. Al historiar sobre las asociaciones estudiantiles en los años de 1800 en el contexto de la educación secundaria en Sergipe, se hizo imprescindible utilizar el concepto de cultura escolar como una categoría de análisis para situar la cultura y el protagonismo juvenil como parte del engranaje del proceso de formación de la juventud elitista.

Palabras clave: *Asociacionismo estudiantil; Enseñanza secundaria; Protagonismo juvenil.*

Introdução

Atenta às interpretações de Alexis de Tocqueville (2005) sobre o associativismo voluntário e à defesa da autonomia dos educandos por meio das práticas de associações estudantis, de Adolfo Lima (1925), a proposta central do presente texto é analisar a Sociedade O Porvir e a Sociedade Grêmio Tobias Barreto, associações criadas pelos alunos do ensino secundário do estado de Sergipe, nas décadas finais do século XIX.

Para a produção desta tarefa de investigação histórica, são usados como fontes os jornais estudantis e a produção historiográfica sobre o ensino secundário e o associativismo estudantil. Ao estudar as agremiações estudantis, no cenário da educação secundária sergipana oitocentista, tornou-se imprescindível o uso do conceito cultura escolar como categoria de análise para situar o protagonismo e a cultura juvenis como parte da engrenagem do processo de formação da juventude elitizada.

São indubitáveis as contribuições das associações estudantis no desenvolvimento da autonomia e do espírito de colaboração e de responsabilidade, bem como na formação intelectual e política da juventude. Ao destacar o seu papel na formação da juventude da Europa oitocentista, Franco Cambi (1999) revela a importância do associativismo na execução do projeto educativo, construído e administrado pelo poder público, que visava a uma pedagogização da sociedade por meio de uma série de instituições educativas, sendo a escola a instituição-chave. Associações dos mais diversos tipos, em especial as estudantis, foram criadas para atuar na educação não só dos jovens da elite burguesa, mas também da juventude menos abastada. Esclarece o autor que em todas elas

reuniam-se jovens que coordenavam suas atividades em torno de um interesse, organizavam minuciosamente o tempo livre, submetendo-o a uma disciplina precisa, criava-se um espírito de cooperação, afirmava-se um

ideal de vida e desenvolvia-se, assim, uma obra bastante explícita de educação, capaz – muitas vezes – de incidir com maior profundidade que a própria educação escolar e familiar. (CAMBI, 1999, p. 489)

Desta maneira, situamos as associações estudantis como uma das que compunham o conjunto de práticas associativas do século XIX, configurando-se como lócus de formação cultural e social da juventude. Nelas, os jovens, além de desenvolverem sua autonomia, também estavam submetidos a um controle de grupo organizado rigidamente, que visava a uma socialização e ao combate ao individualismo (CAMBI, 1999, p. 489).

Assim, os estudos relacionados à juventude estudantil revelam que é possível compreender as representações da sociedade de outrora por meio da investigação da cotidianidade dos jovens, marcados por formas diversas de educação, organização, socialização e formação. O fenômeno do associativismo estudantil surgiu, nesse contexto, como um elemento importante da cultura escolar de boa parte das instituições de ensino brasileiras e a compreensão deste fenômeno exige considerar um intrincado conjunto de práticas distintas que colaboraram para a formação da juventude².

Sendo a cultura escolar “um conjunto de normas que definem os conhecimentos a ensinar e as condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...]” (JULIA, 2001, p. 10), é possível compreender não apenas as relações e as práticas do interior das salas de aulas, mas as dos pátios de recreios, bem como ir “além dos limites da escola” (JULIA, 2001, p. 11). Para isso, é preciso deslocar as lentes da pesquisa sobre a cultura escolar do interior das instituições educativas para o exterior delas, pondo luz sobre a cultura produzida

² Adverte Setton (2004, p. 29) que “é preciso salientar que os estudos da teoria clássica moderna consideram os pares de conceitos igualdade/liberdade/sociedade como elementos explicativos do fenômeno associativista”. Ainda que o berço original desses pares conceituais seja a ciência política, faz-se necessário privilegiar uma abordagem culturalista para melhor compreender as relações sociais presentes no centro do associativismo.

pelo aluno e para o aluno, com base nas normas, nos conhecimentos e nos comportamentos inculcados.

É preciso revelar, pelos “olhares de Clio”, o protagonismo juvenil que se erigiu como fruto da cultura escolar, não somente pela obediência às normas e pelos conhecimentos transmitidos pelos professores, mas, sobretudo, pela forma como os alunos transgrediram as normas e as condutas e se apropriaram do conhecimento transmitido. É preciso ir além das fronteiras demarcadas pelas paredes das instituições escolares para melhor compreender a formação do aluno como sujeito da escola e da sociedade.

As associações estudantis configuraram-se como espaços legítimos de sociabilidade e formação cultural e política dos jovens e fazem parte da cultura juvenil aqui compreendida pelos costumes, valores, práticas, ritos, códigos e normas presentes no universo da juventude, ditados e criados por e para ela. Para além de um espaço físico de reunião de jovens, elas se constituem em um lócus de formação, criado com o apoio, ou não, dos demais agentes da educação, organizado e dirigido por alunos.

Assim, localizar e investigar essas associações é quase um imperativo para compreender como a juventude construiu uma identidade que dialoga com a formação familiar, escolar e social, que se revela na sua autonomia e no seu protagonismo. No Brasil é certo afirmar que elas nasceram como uma prática discente incentivada ou não por professores e gestores, configurando-se como espaços de sociabilidade e desenvolvimento moral e intelectual da juventude.

Hilsdorf (1986) esclarece que os ideais liberais e democráticos empolgavam também o alunado, produzindo a expansão das associações estudantis e o florescimento da literatura acadêmica de natureza política. Essa expansão também estava atrelada ao aumento da produção de impressos estudantis e chegou até as escolas do ensino secundário, influenciando os alunos a fundarem suas associações, sociedades e clubes literários e culturais.

Essas agremiações tinham como função essencial a reunião de estudantes com um ideal comum, pelo qual cooperaram, estabeleceram códigos e obedeceram as regras que os disciplinaram como discentes colaborativos, cooperativos e sociáveis, os quais se organizavam para conquistar direitos e exercitar a autonomia e a cidadania. Com fins literários, culturais e/ou políticos, elas contribuíram, de forma ímpar, para a formação moral, política, social e cultural dos estudantes.

Por meio delas, a juventude criou dispositivos de inserção na sociedade e se fez ver e ouvir. A maioria delas enquadra-se no modelo das associações voluntárias, pois a filiação e a participação efetiva dos sócios se davam de forma espontânea, movidas pela identificação com suas finalidades e objetivos. Nessas associações, espaços legítimos de convívio social e de intermediação entre indivíduo e sociedade, os sócios estabeleceram vínculos sociais e adquiriram referência de grupo. Foram protagonistas de suas práticas no processo de formação cultural e política.

Como exemplo de associação estudantil brasileira criada no século XIX, destaca-se a Associação Culto à Ciência, uma sociedade literária fundada pelos alunos do Colégio Culto à Ciência da Província de São Paulo, em 1857. De acordo com Hilsdorf (1986), após dois anos de sua criação, essa agremiação lançou o periódico mensal *Memórias da Associação Culto à Ciência*, jornal no qual Rangel Pestana teria publicado em 1860, segundo testemunhos, o artigo “As letras, as ciências e artes no Brasil”. Entretanto, essa não foi a única iniciativa dessa natureza em São Paulo durante o século XIX.

Estudos apontam que, na segunda metade do ano de 1800, havia cerca de dezenas dessas agremiações, responsáveis pela maioria dos periódicos que circulavam em São Paulo. Alunos do ensino superior e das escolas normais foram os responsáveis por sua criação, que está relacionada “à produção cultural acadêmica, isto porque os alunos organizavam um órgão de veiculação – jornal ou revista –, tendo, na maioria das vezes, uma associação estudantil” (SERRA, 2011, p. 89).

O associativismo discente nas escolas normais, consonante os estudos de Silva (2009), Nery (2009) e Serra (2011), teve início na Escola Normal da Capital em 1889, com a fundação do Club Republicano Normalista. Um ano depois, os alunos criaram sua primeira associação, Arcádia Normalista, sob a proteção da Escola Normal, “uma entidade oficial, com apoio de Caetano de Campos, do Secretário do Interior Rubião Junior e do deputado estadual Arthur Breves” (SILVA, 2009, p. 50).

A Arcádia Normalista, considerada uma das primeiras associações estudantis das escolas normais paulistas, foi fundada como um grêmio literário, no qual os sócios recitavam poemas e discursavam; segundo seus estatutos, a agremiação produzia a *Revista Instrução*³. Serra (2011) esclarece que, após a primeira década do século XX, ocorreu um impulso na criação dessas agremiações não só nas escolas normais, como também nos ginásios e nos institutos de educação paulistas. Segundo a autora, entre os anos de 1906 e 1930, foram criados os seguintes grêmios normalistas: 16 de maio, Álvares de Azevedo, 2 de agosto, 18 de abril, Grêmio Normalista de Piracicaba, 11 de junho, Literário e Pedagógico e 22 de março. Cabe destacar que, dentro do movimento associativo discente, ocorreu também uma larga produção de jornais, boletins e revistas, órgãos oficiais das associações⁴.

Sobre o crescimento do associativismo estudantil nas escolas normais de São Paulo, os estudos de Nery (2009) apontam que ele está atrelado à ação de João Lourenço Rodrigues, Oscar Thompson e João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, na Escola Normal da Capital, sendo que, a partir de 1911, passa a ser uma atividade presente em todas as escolas normais do estado, tornando-se oficial a partir da Reforma do Ensino de São Paulo de 1920. A autora afirma que essas associações tiveram suas origens no século XIX, na Faculdade de

3 Nery (2009) ressalta que, em suas pesquisas sobre as ações de Oscar Thompson e a formação dos professores em São Paulo, no período de 1911 a 1923, não foi localizado nenhum dado sobre a publicação e o ciclo de vida desse periódico e, também, dessa associação.

4 Dentre eles estavam: *O Estímulo* (1906), *O Excelsior* (1911), *O Estudo* (1911), *O Raio Verde* (1917), *O Sorriso* (1928) e *O Normalista* (1929), segundo Serra (2011).

Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, e fizeram parte da engrenagem complexa da representação social do professor, que se pretendeu constituir com base na imagem do aluno-mestre.

Ao corroborar que o associativismo acadêmico influenciou significativamente as escolas normais paulistas, Nery (2009) chama atenção para a possível influência das organizações discentes das escolas americanas, denominadas república escolar. Elas foram visitadas e admiradas por João Lourenço Rodrigues, inspetor geral do Ensino, durante uma viagem aos Estados Unidos, que as definiu como um poderoso instrumento de educação moral (NERY, 2009, p. 68).

Nery (2009) ressalta que outros elementos apontados como influenciadores da criação das associações estudantis merecem atenção, para evitar que o pesquisador caia no terreno do consenso e crie teorias explicativas com base naquilo que seu olhar quis ver. Nas escolas brasileiras, os ideais da Escola Nova, por exemplo, são identificados como fortes motivadores da sua disseminação.

A proposição de que a escola deve ter como base os interesses da criança é expressa em sua forma mais radical e mais sistematizada na obra de John Dewey, influência decisiva no pensamento pedagógico do século XX (VALDEMARIM, 2010, p. 29). Alicerçada em um modelo de ensino que compreendia os fatos e as experiências de vida dos alunos como forma de valorização da construção do conhecimento, a Escola Nova passou a enxergar a escola como espaço promotor de uma maior valorização da iniciativa do aluno na aprendizagem, garantindo êxito na efetivação do diálogo entre professor/aluno/sociedade.

A publicação e circulação das obras de Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, principais instrumentos de divulgação das concepções da pedagogia nova, demonstram que se priorizou no Brasil o desenvolvimento da escolarização, valorizando-se as experiências do aluno e a promoção da autonomia para a realização de trabalhos e atividades, bem como a diversifi-

cação de ambientes educacionais (VALDEMARIM, 2010, p. 126). Isso ocorreu em paralelo com o movimento escolanovista, tendo uma maior efervescência nas associações estudantis sediadas nas escolas brasileiras de ensino secundário. A escola era compreendida como um espaço de introdução à vida social, na qual o convívio e as relações sociais estabelecidas carregam valores associados ao espírito de liberdade, igualdade, cooperação e união. Sendo assim, o aluno, com base em um aprendizado pautado na experiência social, desenvolveria uma efetiva autonomia.

Por esse entendimento, os grêmios funcionavam como um dispositivo de preparação e formação dos alunos, que eram estimulados a produzir conhecimentos, a serem ativos e a desenvolverem o espírito de responsabilidade, civismo e moralidade. Com essa compreensão das finalidades dos grêmios estudantis, pesquisadores tendem a apresentar a constituição dessas agremiações como resultantes da influência da pedagogia da Escola Nova, destacando que, após os anos 1930, ocorreu uma intensificação da criação de grêmios estudantis nas escolas brasileiras.

Alguns estudos da História da Educação, dentre os quais vale destacar Horta (1994), Peixoto (2003) e Amaral (2003), acusam que essa intensificação foi resultado da política educacional da Era Vargas e dos pressupostos da Escola Nova, que respaldaram e incentivaram atividades para além do espaço físico da sala de aula, por meio de trabalhos complementares⁵.

5 “O estudo da influência das concepções educacionais renovadoras no Brasil defronta-se com questões temporais [...]. Admitindo-se que grande parte de suas proposições ainda informa o ideário pedagógico brasileiro, pode-se trabalhar com a hipótese de um ciclo de longa permanência cujos primeiros movimentos ocorreram num curto espaço de tempo, foram compostos de inúmeras ações estratégicas e simultâneas e que incluíam reformas educacionais em todos os níveis, debates polêmicos, produções editoriais e jornalísticas, individuais ou coletivas, e ocupação de posições-chave no comando da administração educacional e das associações. A simultaneidade das ações e da ocupação dos espaços políticos aglutinou forças e resultados numa direção comum, mesmo que cada uma delas seja portadora de especificidades. Embora as periodizações sejam sempre educativas, pode-se localizar num período de nove anos – 1926-1935 – os eventos educacionais com forte conotação renovadora. A agitação de ideias provocada pelo inquérito realizado por Fernando de Azevedo para o jornal *O Estado de S. Paulo* em 1926, teve prosseguimento com ações editoriais, projetou-se nacionalmente por meio do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, assentou bases institucionais na Reforma do Instituto de Educação do Distrito Federal e na elevação da formação de professores ao nível superior que foi interceptada em 1935, tanto no Distrito Federal quanto em São Paulo”. (VALDEMARIM, 2010, p. 110-111)

No governo varguista, o então ministro da educação, Francisco Campos, estimulou intensamente as atividades de socialização dentro das escolas. Auditórios, excursões, clubes, bibliotecas, disciplinas escolares (Educação Física, Trabalhos Manuais, Desenho e Canto), escotismo, grêmios, ligas, jornais escolares etc., foram implementados como formas de socialização, introduzidas nos currículos sob a denominação instituições escolares, cujo “papel consistia em manter o vínculo com a sociedade” (PEIXOTO, 2003, p. 112)⁶. Segundo Peixoto (2003), essas atividades ocupavam papel de destaque no currículo escolar, pois, além de sua afinidade com a Escola Nova, a escola era, cada vez mais, compreendida como uma instituição capaz de atuar no processo de disciplinarização da sociedade.

Atendendo ao modelo do escolanovismo, os espaços escolares ganharam uma dimensão maior e mais significativa no universo de suas funções. Além de seu papel preventivo e disciplinador, a escola passou a ter a importante “função de criar no indivíduo o desejo de colaborar na construção de uma pátria una, que tem no homem brasileiro, produtivo, disciplinado, a base de sua grandeza” (PEIXOTO, 2003, p. 112). Segundo Souza (2009), a escola brasileira, no contexto do movimento escola novista, passou por mudanças pedagógicas e, por conseguinte, ganhou novas finalidades. Atendendo aos ditames de Dewey, a ela sobreveio a função social, já que a criança deveria compreender o funcionamento da sociedade e, ao mesmo tempo, por meio da ampliação da ação educativa, realizar a obra de reconstrução social.

6 Em seus estudos sobre a história da escola primária paulista, Souza (2009, p. 232) esclareceu que essas instituições foram nomeadas e classificadas de diversas formas na educação brasileira, como: instituições auxiliares, serviços auxiliares da educação, instituições complementares, organizações auxiliares etc. Contudo, em 1936, o diretor de Departamento de Educação de São Paulo destacou cinco categorias delas: a) instituições de ação educativa geral – biblioteca infantil, jornal infantil, cinema educativo, orfanato infantil; b) instituições de educação agrícola – jardim escolar, horta escolar, clube agrícola, criação de animais; c) instituições de educação econômica – cooperativa, banco escolar; d) instituições de ação social – Associação de Pais e Mestres e Associação de Amigos da Escola; e) instituições de assistência – caixa escolar, assistência alimentar, assistência dentária, assistência médica, assistência higiênica. Em 1960, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo dividiu estas instituições em três categorias: 1. *Assistencial* – caixas escolares ou caixas de cooperação escolar; 2. *Cultural* – teatro, cinema, museu, biblioteca, jornais, clubes filatéticos; 3. *Socializante* – cívicas (campanhas, comemorações, eventos de civismos), artísticas (coral, banda, fanfarra), sociais (escotismo, bandeirantismo, atividades sanitárias); esportivo/recreativas (festas, excursões).

Era preciso reconhecer a ação educativa da escola, movida pela sua função social, e destacar sua relevância no processo de socialização, no ambiente educativo. A socialização, defendida e praticada no interior das instituições de ensino de todos os níveis, efetivou-se como mola-mestra na complexa engrenagem do processo de formação dos educandos, elevando seu espírito de responsabilidade e garantindo-lhes práticas e experiências de convivência social, alicerçada no espírito do civismo e da civilidade.

Os estudos de Peixoto (2003) revelaram que, em Minas Gerais, após a aprovação do Decreto n. 11.501, de 1934, o Conselho dos Estudantes elucidou a importância das atividades de socialização, não só como espaço para aprender fazendo, mas como meio de garantir ao aluno a vivência de experiências úteis no desenvolvimento de qualidade do bom cidadão (PEIXOTO, 2003, p. 176). Esclarece a autora que o conselho, presidido pelo diretor escolar e composto por representantes de classes, eleitos pelo voto direto dos colegas e por três professores representantes do corpo docente, contribuiu, significativamente, para a manutenção da ordem e da disciplina nas escolas. Tendo em vista a educação, a instrução dos alunos, a boa harmonia e a cooperação deles com a equipe diretiva e os professores da instituição de ensino, esse conselho propugnou pelo aperfeiçoamento dos discentes e seus interesses coletivos.

Por este horizonte, as associações estudantis compuseram o conjunto de atividades de socialização, peculiar ação educativa da escola, e contribuíram para a formação da juventude que “aprendia fazendo”, por meio da vivência de experiências benéficas, fundamentadas no desenvolvimento do senso de responsabilidade, respeito, dignidade e cooperação para o bem da sociedade.

A presença dessas agremiações foi também frequente após a implantação do Estado Novo, em 1937, que alterou o regime político brasileiro e estabeleceu novas formas de relações e organizações entre governo e sociedade. Nesse momento, regulamentou-se o funcionamento das organizações da juventude, tendo como consequência a promoção e criação de entidades e associações

destinadas à formação moral e cívica do jovem. Segundo os estudos de Horta (1994, p. 231):

[...] A Juventude Brasileira seria administrada, em nível federal, por um Conselho Nacional e por um Departamento Nacional da Juventude, ligados ao Ministério da Educação. O Departamento Nacional da Juventude substituiria a Divisão de Educação Física Extra-Escolar do Ministério da Educação e ficaria com o encargo da administração das atividades educativas, não incluídas no ensino, e destinadas à formação física, ao desenvolvimento da educação moral e cívica e ao complemento da educação intelectual da Juventude Brasileira. Em nível estadual, seriam criados Conselhos de Juventude e Departamento de Juventude nas Secretarias Estaduais de Educação.

Nesse âmbito, os grêmios estudantis compuseram o conjunto de associações auxiliares ou escolares destinadas a complementar a educação formal nos estabelecimentos de ensino. Em meio a outras instituições escolares – clubes agrícolas, pelotões de saúde, jornais e murais, ligas de bondade, clubes de leitura, varais literários, ligas pró-língua nacional, bibliotecas, círculos de pais e professores, associações de pais e ex-alunos, dentre outras –, as associações estudantis, com distintas finalidades, também foram mecanismo de controle do Estado e atenderam ao projeto educacional estadonovista.

Por conseguinte, tais agremiações, resultantes do movimento associativo no interior das faculdades de Direito do século XIX e/ou dos ideais propagados pela pedagogia da Escola Nova, que floresceram no ambiente das instituições de ensino brasileiro, sobretudo as de ensino secundário, fizeram parte do universo da cultura escolar da juventude brasileira dos séculos XIX e XX. Elas estiveram presentes no cenário da vida social e cultural de jovens que, nesses espaços de sociabilidade, estabeleceram regras de convivência, desenvolveram a socialização e se constituíram como grupos sociais distintos.

Nas terras sergipanas, o associativismo estudantil também teve sua origem no século XIX e foi influenciado pelas práticas associativas das faculdades e do ensino secundário imperiais, sendo a Sociedade O Porvir e a Sociedade Grêmio Tobias Barreto as primeiras associações criadas pelos alunos do ensino secundário do Atheneu Sergipense, nas décadas finais daquele século.

O Atheneu Sergipense ou “Velho Atheneu”, como é chamado carinhosamente por seus ex-alunos, instituição de estudos secundários de Sergipe, foi criado em 24 de outubro de 1870. A Diretoria Geral da Instrução Pública, ao criar essa “casa de educação literária”, parecia já saber da importância que tal instituição de ensino iria exercer na história da educação sergipana e tratou de fundá-la em uma data especial para os sergipanos.

O dia 24 de outubro era considerado uma data comemorativa na história de Sergipe, pois nesse dia os sergipanos celebravam a emancipação política do estado⁷. No ano de 1870 Aracaju, então Capital da província, completava 15 anos. Desse modo, a fundação do Atheneu Sergipense foi um presente para o povo sergipano, que celebrava duplamente – a Aracaju debutante e o Sergipe emancipado.

Nas palavras de Francisco José Cardoso Júnior, ex-presidente da província, o dia 24 de outubro de 1824 marcava a emancipação política da terra e “o dia 24 de outubro de 1870 marcará doravante a emancipação intelectual dela” (CARDOSO JÚNIOR, 1871, p. 22). De fato, a criação do Atheneu Sergipense representou o clímax do cenário educacional de Sergipe, no final do século XIX e início do século XX, pois nesse ambiente educativo muitos jovens foram educados e formados, tornando-se, mais tarde, “homens notáveis na vida pública [...]” (LIVRO DE VISITAS AO ATHENEU SERGIPENSE, 1917).

As páginas da imprensa sergipana “expressaram o anseio da sociedade por ter em seus limites geográficos uma instituição que centralizasse as aulas

⁷ No dia 08 de julho de 1820, o território de Sergipe foi separado da capitania da Bahia, o que garantiu a sua emancipação política, concretizada por meio da Carta Régia assinada pelo monarca português D. João VI. Contudo, a notícia da autonomia sergipana só chegou ao conhecimento da população da nova capitania no dia 24 de outubro do mesmo ano. A partir de então, essa data passou a ser celebrada como comemorativa e simbólica da independência política de Sergipe (NUNES, 1998).

avulsas dos estudos de Humanidades dispersas na Província” (ALVES, 2005, p. 49). Tais expressões revelam que a instituição, símbolo da esperança do presente e do futuro, deveria ser o poderoso elemento da grandeza sergipana.

A criação foi “um atestado inequívoco dos grandes esforços e da dedicação do ex-Diretor Geral. Criado com o seu concurso e sustentado até hoje com animação e proveito” (JORNAL DO ARACAJU, 1875). A fundação do Atheneu Sergipense representou a concretização da reunião de esforços das autoridades que projetaram uma “instituição que pudesse agregar as novas gerações de lideranças políticas e demais membros da burocracia provincial e imperial” (ALVES, 2005, p. 4). Por ela nasceu um grupo distinto de jovens que construíram caminhos, os quais levaram a ocupar posições de grande relevância na sociedade sergipana. Tais jovens tornaram-se uma admirada elite intelectual, que se acostumou a ser chamada de “mocidade talentosa e alegre do bom e velho Atheneu”.

Sociedade O Porvir e Sociedade Grêmio Tobias Barreto: espaços de formação da juventude secundarista

No primeiro número do jornal *O Porvir*⁸, datado de 02 de agosto de 1874, anunciou-se sua criação como órgão oficial da Sociedade *O Porvir*, uma associação criada pelos alunos do ensino secundário do Atheneu Sergipense. A página quatro do impresso trazia, em uma de suas colunas, o texto publicado a pedido de um sócio, que anunciava, com grande entusiasmo, a fundação da agremiação, a qual prometia ser um espaço de ilustração da “mocidade talentosa do Atheneu Sergipense”. Anunciava o sócio que:

Há na vida humana factos tão sublimes que faltam palavras para exprimi-los. De um destes factos acaba de ser testemunha esta linda capital. A talentosa mocidade do Atheneu Sergipense acaba de fundar uma sociedade

⁸ De acordo com Guaraná (1925), em 1872 também em Sergipe circulou um pequeno jornal literário, denominado *O Porvir*, órgão oficial de uma associação, sendo seus redatores os alunos do Atheneu Sergipense. Ainda não foi localizado nenhum exemplar desse impresso.

literária com o fim de publicar um periódico hebdomadário, ao qual deu o nome de *Porvir*. (PUBLICAÇÃO, 1874, p. 4)

A inauguração aconteceu em 12 de julho de 1874, na casa onde eram ministradas as aulas do professor Alexandre José Teixeira. A responsabilidade por convidar os futuros sócios para a inauguração da agremiação ficou a cargo do aluno José Ricardo Cardoso, que, cheio de alegria e orgulho, defendeu a ideia de criar uma associação que tivesse um jornal como órgão oficial, no qual os estudantes do Atheneu Sergipense começariam “a ensaiar e amestrar nas gloriosas lides da imprensa” (CARDOSO, 1874, p. 4). Discursou o idealizador:

Meus colegas: – Sou o mais ousado e o mais incompetente d’entre vós para dirigir-vos a palavra: ousado, por tomal-a n’este recinto: incompetente, porque, como o mais baldo de conhecimentos, não deveria aspirar a glória de ser o promotor de uma idéa, qual a que vou apresentar-vos. Não imaginas o apoucamento, e as estranhas sensações que ora se apoderam de mim.

[...]

Venho, senhores, convidar-vos para a criação de um jornal, que será escripto por nós, estudantes do Atheneu Sergipense. Attendei que, desde a fundação do mesmo Atheneu, alguns estudantes têm sentido a considerável falta de um órgão literário, para fazerem exercícios de composição.

[...]

De que necessitas para a criação de um jornal? De recursos pecuniários? De recursos intellectuais? Não são tão grandes as despesas que não possamos com ellas.

Os recursos intellectuais adquirem-se com o exercício e a prática, porque a intelligencia é um dom, concedido a todos os homens.

Portanto unamo-nos, formemos uma sociedade, que todas as difficuldades ficarão removidas.

Foi para dizer-vos isso que vos convoquei. Pensai, e de-liberai-vos. (CARDOSO, 1874, p. 2-3)

Depois dos aplausos acalorados, seu irmão, aluno da instituição, Melchisedech Mathusalém Cardoso, subiu à tribuna e endossou o discurso. Ambos não apresentaram parcimônia de entusiasmo ao defender a ideia da criação da agremiação e do jornal, pois estavam convencidos de que Sergipe precisava seguir os passos dos alunos secundaristas e das faculdades imperiais, que fizeram nascer, em quase todas as capitais das províncias, espaços literários para a juventude.

Ao ser questionado sobre o que era necessário para a criação do jornal, José Ricardo Cardoso explicou que os recursos intelectuais e pecuniários seriam alcançados com a fundação de uma sociedade, na qual todos se uniriam em torno de um bem comum e as dificuldades seriam superadas. Logo, a Sociedade O Porvir nasceu com a finalidade de unir os alunos do Atheneu Sergipense para a produção desse jornal estudantil.

Possivelmente, contou-se com um grande incentivo do professor Brício Cardoso, irmão de José Ricardo e de Melchisedech, para a criação do jornal e, conseqüentemente, da associação. Estudos como os de Vidal (2009), Rodrigues (2016) e Gally (2020) corroboram esta possibilidade, pois de acordo com as pesquisadoras, o professor de Retórica e Poética foi um forte colaborador no *Jornal do Aracaju*, publicando suas apostilas. Em 1909, apoiou e assinou o primeiro artigo do *O Necdalus*, jornal estudantil criado pelos alunos do Atheneu Sergipense, revelando sua influência, ao despertar seus alunos para as letras, a literatura e a imprensa.

Na mesma reunião de fundação, também se realizou a eleição para a escolha da mesa provisória da diretoria da novata agremiação. Foram eleitos, para presidente, o aluno Manuel Alves Machado e, para secretário, o aluno Melchisedech Mathusalém Cardoso. Os alunos Bathazar d'Araújo Góis, Silvério Martins Fontes e Dionízio Telles de Menezes compuseram a comissão responsável pela elaboração dos estatutos da sociedade. Este último, por vontade própria, foi substituído pelo colega Felisbelo Firmo d' Oliveira Freire Júnior.

E deste modo inaugurou-se a sociedade O Porvir, que já vai com algum alento.

Faltaria a um grande dever se omitisse aqui os encontros cabidos aos esforços prestados pelo iniciador da ideia, o sr. J. Ricardo Cardos, receba-os, pois.

Honra aos seus inteligentes colegas, que tão dignamente souberam acudir ao seu apelo!

A vós, ô nobres Aracajuenses, a vós que bem sabeis prezar as grandiosas ideias, como esta, à vós, repito, cabevos auxiliar com o quanto puderdes, para que não falleça dentro em pouco – O Porvir, que ora tão donosamente surge.

Que O Porvir tenha longos annos de existência, e saiba desempenhar a sublime missão de que se acha revestido – eis os votos que incessantemente enviamos aos Céus! (PUBLICAÇÃO, 1874, p. 4)

O pedido do sócio, autor do texto, para que os “nobres Aracajuenses” auxiliassem a manter viva a associação e o jornal, indica que, além do dinheiro oriundo da venda do periódico, com valores distintos para os assinantes da Capital e os residentes fora dela, a agremiação também se valia da boa vontade daqueles que, animados pelas ideias da mocidade do Atheneu Sergipense, contribuiriam com a quantia que pudessem.

Sobre o desejo de vida longa ao periódico, ainda não se tem certeza se ele foi sucumbindo, visto que o mês de novembro do mesmo ano da sua fundação, quando foi publicado o número 12, marcou, possivelmente, a publicação do último número que circulou, considerando que ainda não se localizou nenhum número posterior.

O número 11 do jornal *O Porvir*, publicado no dia 18 de outubro de 1874, trouxe a notícia de que, no dia 10, a Sociedade O Porvir elegeu novos membros, citados como “os empregados que têm de servir neste semestre” (REUNIÃO, 1874, p. 2). A aludida sociedade elegia, no dia 10 de outubro de 1874, a mesa diretora, que substituiria a mesa provisória eleita em julho daquele ano. Foram eleitos os sócios: Capitolino Henrique da Costa – para diretor; Silverio M. Fontes – para secretário; Balthazar de Araújo Goes – para tesoureiro; José Cupertino de Moraes – para procurador; José de Calazans – para distribuidor.

Cruzando o trecho da notícia sobre a eleição da mesa diretora com as informações presentes em todas as primeiras páginas, cujo cabeçalho indicava que o periódico era de propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense, pode-se afirmar que, desde o início das atividades dessa instituição, os alunos, “querendo acompanhar na difícil tarefa da ilustração do espírito essa pleiade de jovens inteligentes, que se enthesouram nas Faculdades do império” (MACHADO, 1874, p. 1), criaram uma agremiação com o intuito de produzir um jornal literário e recreativo, que circulava na Capital e interiores da província de Sergipe, visto como “um facho luminoso de civilização”, que por meio de sua associação civilizou, fraternizou e ilustrou.

Diante do exposto, possivelmente a Sociedade O Porvir é a associação estudantil mais antiga de que se tem registro na história da educação de Sergipe. Sua criação foi influenciada pela prática do associativismo e das produções de jornais pelos estudantes do ensino secundário e das faculdades do Império brasileiro.

A criação de uma associação, tendo como fim específico reunir estudantes interessados em desenvolver o espírito de colaboração, a autonomia e a produção de um jornal que veiculasse suas opiniões, concepções políticas e sociais e capacidades científicas e literárias, demonstra que os alunos, de forma consciente, acreditavam no papel especial que um jornal pode exercer em um projeto de agregação de interesses comuns. Nas interpretações tocquevilianas, o jornal é fundamental para as associações, pois por meio dele se persuadem e se conquistam sócios, estabelecendo união de interesses vitais dentro do processo de associativismo.

A investigação sobre a prática de associativismo estudantil no ensino secundário de Sergipe no século XIX possibilitou localizar, na literatura sergipana, vestígios da existência da Sociedade Grêmio Tobias Barreto, fundada em 1898 pelos alunos do Atheneu Sergipense. A sociedade tinha como principal finalidade ministrar aulas noturnas gratuitas para quem quisesse, especialmente para os adultos que desejavam recuperar o tempo perdido, e realizar

reuniões literárias, as quais foram denominadas como reuniões de cúpula (CAMPOS, 1965, p. 157).

A finalidade de ministrar aulas para adultos situa essa entidade estudantil no conjunto das “forças educativas” instituídas no Brasil oitocentista, dentre as quais se destaca a criação de associações com finalidade educativa, que visavam atender ao projeto de construção da nação⁹. De acordo com Campos (1965), os membros e fundadores da Sociedade Grêmio Tobias Barreto eram alunos da “turma adiantada do Atheneu [...] sequiosa de aprender, ou melhor, aprender ensinando” (CAMPOS, 1965, p. 157). Compuseram a mesa diretora dessa agremiação os alunos Artur Fortes¹⁰, Abdias Bezerra, José Peixoto, Artur Bezerra, Edilberto Campos¹¹ e Floro Edmundo Freire; este último atuava como tesoureiro e mostrava-se mais desenvolvido para os pedidos de patrocínio.

A ausência da participação feminina nessa agremiação justificou-se por não ser admitida a presença das mulheres nem como membros, pois “podiam

9 De acordo com os estudos de Gondra e Schueler, a criação de associações com finalidades educativas se deu em um momento em que a educação foi pensada no plural, como também as forças educativas foram plurais para atender ao projeto de construção da nação que acabava de nascer. A família, a igreja e o governo compartilharam o mesmo projeto de educação e conviveram com diversas iniciativas oriundas de diferentes indivíduos e grupos sociais, que contribuíram também de forma crucial. Estas iniciativas revelaram a participação efetiva da sociedade civil, que, visando difundir a civilização entre as camadas mais amplas da população, implementou múltiplos espaços e redes de sociabilidade. No interior desses espaços de sociabilidade, diferentes atores sociais com formação intelectual e atuação profissional diversa interagiam. “Grupos de intelectuais e homens de letras, religiosos, políticos, médicos, juristas, professores, militares e outros grupos profissionais e corporativos se reuniram com fim de atingir determinados objetivos, finalidades e interesses compartilhados, apesar das diferenças internas, das divergências e tensões observadas nestes espaços” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 66).

10 Filho de Antônio Augusto Gentil Fortes e Antônia Junqueira Fortes, nasceu no dia 28 de julho de 1881, em Aracaju. Iniciou seus estudos secundários no colégio do professor Alfredo Montes, concluindo no Atheneu Sergipense. Trabalhou nos Correios de Aracaju como amanuense, oficial, chefe de seção e administrador interino. Como professor trabalhou no colégio Tobias Barreto, no Instituto América e, em 1916, foi nomeado professor vitalício da cadeira de História Geral e do Brasil do Atheneu Sergipense. Foi membro efetivo do Conselho Superior do Ensino, deputado estadual e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Como poeta e jornalista, colaborou no *Almanaque Sergipano* e nos jornais: *Jornal de Sergipe*, *O Estado de Sergipe*, *Jornal do Povo* e *Correio de Aracaju*. Pertenceu às extintas sociedades Tobias Barreto, Clube Esperanto e Centro Socialista Sergipano. Morreu em 27 de novembro de 1944, na cidade de Aracaju (GUARANÁ, 1925).

11 Filho do desembargador Guilherme de Souza Campos e da senhora Anna de Souza Campos, nasceu a 04 de setembro de 1883, na cidade de Lagarto. Fez os exames de Humanidades em Aracaju e os três primeiros anos da Faculdade de Medicina na Bahia, concluindo o curso em 1905, no Rio de Janeiro. Em dezembro de 1907, foi nomeado secretário do Governo do Estado, cargo que ocupou até outubro de 1908. Colaborou no *Formulário de Terapêutica Infantil*, do Dr. A. A. Santos Moreira, publicado em 1917, no Rio de Janeiro; no *Brasil Médico*, *Tribuna Médica*, *Arquivos Brasileiros de Medicina*, *A Clínica*, *Anales d'Oculística*, *Revista de Medicina*, *Educação e Pediatria*, *O Estado de Sergipe* e outros. Morreu em 1971 (GUARANÁ, 1925).

dar assunto às más línguas e naquele tempo ainda não estavam, como hoje, emancipadas, dando opiniões sobre qualquer assunto, entrando em concursos e ganhando com sua inteligência e sua graça” (CAMPOS, 1965, p. 157).

Uma casa alugada por 15\$800 réis, localizada à Rua Maruim, no centro de Aracaju, mobiliada com cadeiras e bancos, que os próprios alunos conseguiram por meio de visitas a casas de pessoas conhecidas – que possuíam móveis em desuso –, serviu de sede para a agremiação. As atividades das aulas noturnas aconteciam em uma sala de tijolos, iluminada por um lampião de querosene, tendo fixado em uma das suas paredes um quadro de giz, utilizado nas aulas ministradas por todos os membros da mesa diretora.

Segundo Campos (1965), as aulas de Artur Fortes eram repletas de discursos eloquentes, enquanto as aulas de Matemática, de Abdias Bezerra, foram marcadas por muita rigidez na transmissão das noções matemáticas. Todos, não só os alunos, como também os professores, aproveitavam para revisar os conteúdos das aulas que haviam assistido como alunos.

O autor recordou ainda que Abdias Bezerra “não conversava, fechava a cara e ensinava a Matemática também aos professores improvisados” (CAMPOS, 1965, p. 157-158). As aulas de Português e de Aritmética Elementar aconteciam diariamente, sendo esta última ministrada pelo aluno João Peixoto, que fazia uso dos compêndios de João Ribeiro e Trajano.

Durante as reuniões literárias, os agremiados homenageavam o patrono do grêmio, o intelectual sergipano Tobias Barreto, recitando suas odes, discutindo sobre seu temperamento e sua rivalidade com Castro Alves. Versos de outros poetas eram também recitados, como os de Casimiro de Abreu, Castro Alves, além dos que eram produzidos pelos agremiados, a exemplo das diversas criações do sócio Artur Fortes.

Com menos de um ano de vida, a Sociedade Grêmio Tobias Barreto fechou as portas, em novembro de 1898, e seu acervo de livros foi distribuído entre seus

membros. Preservada nas memórias de um de seus sócios, Edilberto Campos, que imortalizou a existência dessa agremiação, no livro *Crônicas da Passagem do Século*, retratou cenas do cotidiano dos jovens alunos do Atheneu Sergipense, os quais, em meio a suas necessidades sociais e culturais, associaram-se visando aprimorar seus conhecimentos, assim como a oratória, compartilhar leituras e desenvolver o espírito de solidariedade, cooperação e responsabilidade.

O “aprender ensinando”, declarado por Edilberto Campos ao se referir às aulas noturnas, expressa em suas entrelinhas uma particularidade das associações voluntárias: o interesse pelo bem comum. Segundo Setton (2004, p. 31), é “no exercício e na administração dos pequenos negócios da comunidade que os sujeitos se sentem interessados pelo bem público e compreendem o quanto dependem um do outro”.

Criada no século XIX, a Sociedade Grêmio Tobias Barreto foi, provavelmente, a última associação estudantil de Sergipe em que os sócios aprenderam valores sociais, culturais e políticos, colaboraram e se socializaram. Em comum, essas duas associações criadas por alunos do ensino secundário do Atheneu Sergipense tiveram a capacidade de formar uma plêiade de jovens que ganharam projeção e ocuparam importantes papéis na sociedade de Sergipe, tornando-se parte de uma elite letrada cujos membros atuaram como professores, intelectuais, funcionários públicos e políticos de Sergipe, fazendo jus ao nome de “mocidade talentosa”.

A identificação dessas agremiações permitiu compreendê-las como elementos da cultura juvenil e escolar, que, em meio às normas, ritos e códigos, reuniram jovens sedentos de atividades culturais e por convívio social, protagonizando sua formação naqueles espaços de sociabilidade, tendo a autonomia e a união de interesses como força motriz.

Os alunos secundaristas, vinculados a essas agremiações, reunidos em prol de um bem comum, que se concretizou nas reuniões literárias, nos jornais produzidos, nas aulas voluntárias e nos saraus organizados, compartilharam

interesses e experiências, exercitaram a autonomia e se fizeram ver e ouvir como uma mocidade talentosa, que entendia as práticas associativas como práticas de formação, imbuídas de civilidade, fraternidade e ilustração.

Considerações finais

A investigação da Sociedade O Porvir e da Sociedade Grêmio Tobias Barreto situa essas associações estudantis do ensino secundário de Sergipe no modelo de associativismo voluntário, que garantiu o desenvolvimento da autonomia dos alunos, os quais conviveram com normas disciplinares, proibições, suspensões, sanções, prêmios, códigos, comportamentos e conhecimento; desenvolveram capacidades intelectuais; compartilharam interesses e experiências; criaram um espírito de cooperação que combatia o individualismo.

Tais agremiações revelaram-se como espaços de sociabilidade que contribuíram, significativamente, para a promoção de um protagonismo juvenil, no século XIX, e garantiram a formação de uma elite intelectual dos alunos secundaristas, concorrendo, assim, com a formação escolar e familiar. A criação delas, por alunos e para alunos do Atheneu Sergipense, situou essa “casa de educação literária” no bojo da discussão sobre o associativismo estudantil no cenário educacional brasileiro. A presença delas permitiu declarar a assertiva de que a “cultura escolar” avançou os limites físicos do Atheneu Sergipense e promoveu um protagonismo juvenil, que se materializou no exercício da autonomia dos alunos, por meio da produção de jornais, da defesas de teses, das atividades literárias, das aulas de reforço e da organização de eventos, que caracterizavam a cultura da juventude secundarista.

Referências

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos: 1870-1908*. 2005. Tese

(Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

AMARAL, Giana Lange. *Gatos pelados x Galinhas gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

CAMPOS, Edilberto. *Crônicas da passagem do século: Estância e estancianos – Sergipe e sergipanos*. Aracaju: A Estância, 1965.

CARDOSO, José Ricardo. *O PORVIR*, Aracaju: ano 1, n. 1, 02 ago. 1874.

CARDOSO JÚNIOR, Francisco José. Relatório apresentado na abertura da 2ª. Legislatura da Assembleia Provincial em 03 de março de 1871. *Jornal do Aracaju*, Aracaju, 03 mar. 1871.

GALLY, Christianne Menezes. *Brício Cardoso no cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)*. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário biobibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Rangel Pestana: o educador esquecido. In: *Prêmio Grandes Educadores Brasileiros*. Monografia Premiada. Brasília: Inep, 1986.

HORTA, José Silveira Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

JORNAL DO ARACAJU. Aracaju, 09 mai. 1875.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/39195/Dominique%20Julia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 mai. 2021.

LIMA, Adolfo. A autonomia dos educandos e as associações escolares: as Solidárias. *Educação Social – Revista de Pedagogia e Sociologia*, Lisboa, ano 2, n. 15, mai. 1925.

LIVRO DE VISITAS AO ATHENEU SERGIPENSE. Sergipe, 1916-1951.

MACHADO, Manoel Alves. *O PORVIR*, Aracaju, ano 1, n. 2, 09 ago. 1874.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *Em busca do elo perdido: a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores (1911-1923)*. 2009. Tese (Livre-Docência em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

NUNES, Maria Thetis. *O significado do 08 de julho na história de Sergipe*. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação, 1998.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PUBLICAÇÃO a pedido. *O PORVIR*, Aracaju, ano 1, n. 10, 04 out. 1874.

REUNIÃO. *O PORVIR*, Aracaju, ano 1, n. 11, 18 out. 1874.

RODRIGUES, Cibele Souza. *O Porvir, jornal literário e recreativo: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SERRA, Áurea Esteves. O Grêmio Normalista “2 de agosto” e seu impresso: o estímulo. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2011, São Luís. *Anais [...]* São Luís, 2011, p. 1-15.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *Rotary Club: habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

SILVA, Emerson Correia da. *A configuração do habitus professoral para o aluno-mestre: a Escola Normal Secundária de São Carlos (1911-1923)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Alicerces da pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. Livro I. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VALDEMARIM, Vera Teresa. *História dos métodos e materiais de ensino: a Escola Nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. *O Necdalus: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

Recebido em: 16 de dezembro de 2020

Aprovado em: 06 de setembro de 2021